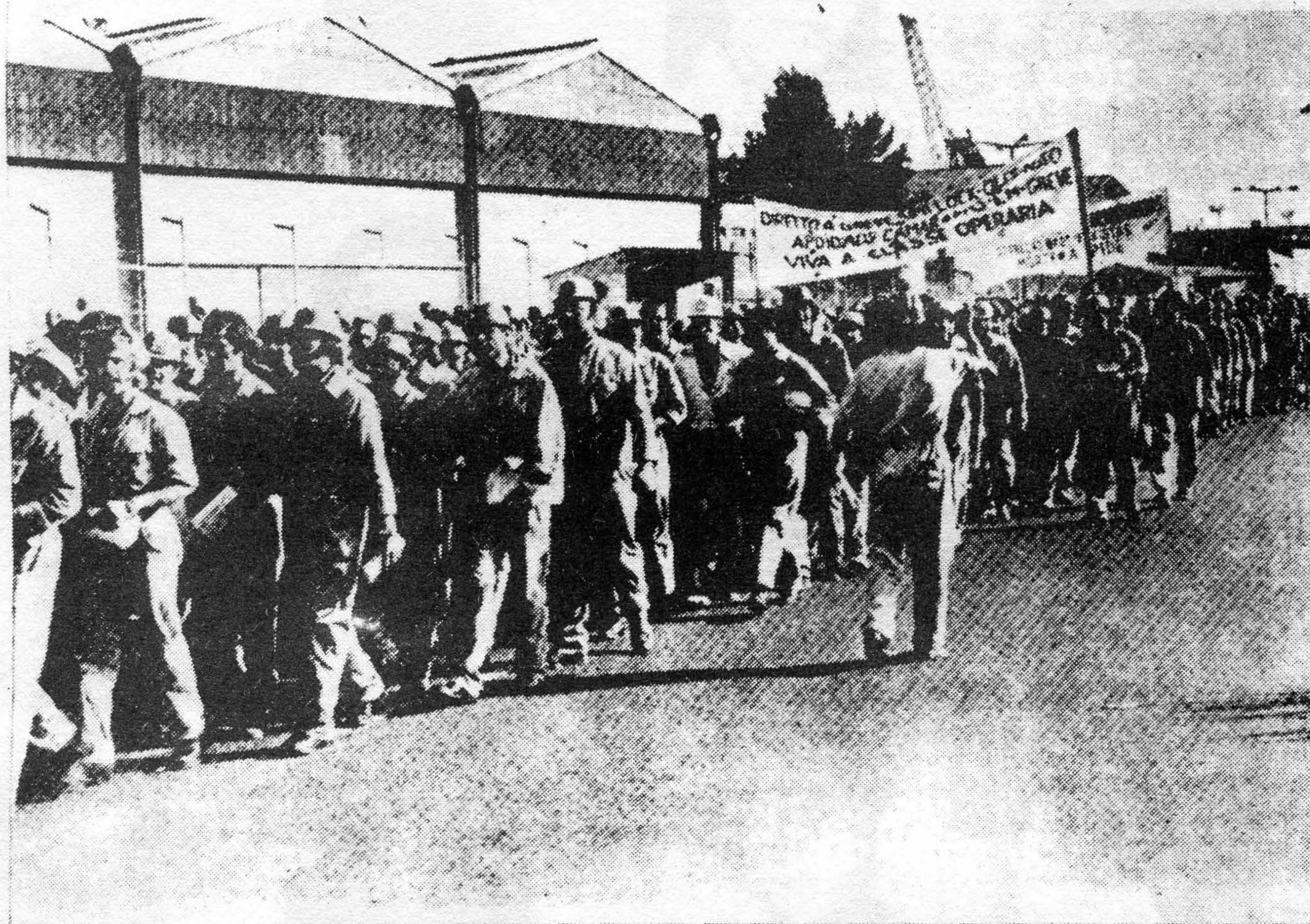


NÚCLEOS SINDICAIS



LISTA A

**AO SERVIÇO DO POVO
VENCEREMOS**

NÚCLEOS SINDICAIS

DIRECÇÃO EFECTIVA



Carlos Delgado-59 D
Presidente



Dina Torgal-29 F



Carlos Falcão-49 D



Pinto da Cunha-39 E



Joaquim Viana-29 M



M.ª Clara Rodrigues-49 D



Jorge Almeida-39 M

ASSEMBLEIA GERAL EFECTIVA



Victor Moura-49 E



José Augusto-39 D



João Freitas-49 M



Ana Bela
Canotilho-49 G

CONSELHO FISCAL EFECTIVO



César Tão-49 E



Agostinho Tavares-29 M



Joaquim Faria-29 E

AO SERVIÇO DO POVO VENCEREMOS

LISTA CANDIDATA À ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DA A.A.C.
1974-75

LISTA EFECTIVA

Direcção:

Carlos Delgado - 5º ano de Direito
Dina Torgal - 2º ano de Letras
Pinto da Cunha - 3º ano de Ciências
Carlos Falcão - 4º ano de Direito
Joaquim Viana - 2º ano de Medicina
Jorge Almeida - 3º ano de Medicina
Clara Rodrigues - 4º ano de Direito

Mesa da Assembleia Geral:

Victor Moura - 4º ano de Engenharia
João Freitas - 4º ano de Medicina
José Augusto - 3º ano de Direito
Anabela Canotilho - 4º ano de Letras

Conselho Fiscal:

César Tão - 4º ano de Engenharia
Joaquim Faria - 2º ano de Engenharia
Agostinho Tavares - 2º ano de Medicina

LISTA SUBSTITUTA

Direcção:

São Fernandes - 2º ano de Medicina
Lurdes Pina e Bicho - 3º ano de Medicina
São Fraga - 3º ano de Medicina
Álvaro Pereira
Rosa Vaz da Costa - 3º ano de Farmácia
José Alexandre - 2º ano de Engenharia

Mesa da Assembleia Geral:

Rui Ardérius - 3º ano de Medicina
Joaquim Moraes - 4º ano de Medicina
Helena Melo - 4º ano de Letras
Helena Correia - 3º ano de Medicina

Conselho Fiscal:

Carlos Queirós - 2º ano de Medicina
Horácio Bairradas - 3º ano de Medicina
Luís Gonzaga - 2º ano de Ciências

INTRODUÇÃO

Vão realizar-se eleições para a AAC.. A anterior D. G. eleita em Maio passado foi demitida em Dezembro, como resultado da tomada de posição anti-reformista e anti-cupulista de largas centenas de estudantes. À prática burocrática entravadora das lutas e ao alheamento dos problemas dos estudantes há que contrapor uma direcção da AAC que, democraticamente eleita, ligando-se aos cursos e aos múltiplos problemas da Academia, faça da Associação um organismo sindical representativo dos estudantes de Coimbra.

A justa posição dos estudantes ao demitirem a ex-D.G., deve ser compreendida por todos nós no sentido de que é necessário tomar sempre em nossas mãos o controle da actividade da Direcção da AAC. Eleger uma Direcção e depois darmos-lhe carta branca, é desligar os estudantes da vida da AAC.

Eleger uma Direcção para a AAC não é dar representatividade de per si aos seus corpos gerentes. Esta advém da posição tomada nos mais diversos processos de luta. Fazer da campanha eleitoral um palco de denúncia das posições erradas acerca do papel da AAC é um dos nossos objectivos. Mas mais importante ainda é a discussão política, a tomada de consciência por parte dos estudantes da necessidade de se colocarem firme e decididamente ao lado do povo trabalhador, de lutarem nas suas escolas por um Ensino ao Serviço do Povo.

Assim, esperamos fazer do voto de todos nós uma forma de tomada de posição face aos problemas actuais da Academia e do Povo Português.

Consideramos fundamental a participação activa de todos os estudantes na discussão dos programas e suas práticas para tomar uma posição fundamentada em relação à vida da AAC.

Nós consideramos que as lutas dos estudantes devem estar ao serviço do povo, que só amplos movimentos de massas estudantis em luta por objectivos progressistas podem contribuir para a luta mais geral do povo português. Por isso, achamos que uma Direcção verdadeiramente progressista deverá incentivar a participação dos estudantes na vida associativa, in

centivar a sua organização nos cursos, bem como a discussão política de to dos os problemas.

Ligar cada vez mais as lutas estudantis às lutas das classes trabalhadoras, passa pela divulgação das posições das massas populares e pelo apoio às suas lutas. Deste modo acabaremos com o isolamento a que a burguesia quer votar as nossas lutas, procurando a todo o custo deturpá-las, sempre que estas assumem um carácter progressista e se colocam deliberadamente ao lado do povo, pondo em causa a sua dominação de classe.

- ORIGEM DAS LUTAS ESTUDANTIS -

Uma análise correcta do movimento estudantil e da origem das lutas estudantis, terá que ultrapassar as explicações parcelares e as teorias reformistas. Terá que partir de análise da sociedade de classes e da luta de classes que se trava nessa mesma sociedade, situando aí a questão específica do ensino.

A sociedade capitalista portuguesa é uma sociedade de classes atravessada por profundas contradições antagónicas. Essas contradições são as que separam as classes exploradas da classe minoritária que as explora: a burguesia dominante. São elas que geram as lutas populares que de modo extremamente sensível se reflectem na Universidade.

A burguesia dominante, detentora do capital e dos meios de produção, tem necessidade que o ensino seja um fiel veículo da sua ideologia e como tal que a Universidade seja um aparelho fundamental da sua dominação de classe. Assim, a Universidade burguesa, onde se formam através do ensino de classe, os quadros técnicos e ideológicos que irão assegurar a perpetuação da exploração e dominação de classe, reflecte em si as contradições mais gerais da sociedade portuguesa.

Quer através de um ensino altamente selectivo e repressivo como no tempo do fascismo, quer através do envio de medidas claramente anti-democráticas e anti-populares como sejam os casos do serviço cívico e da gestão das escolas, nos tempos actuais de "democracia" burguesa, a burguesia defende a todo o custo a Universidade como aparelho fundamental da sua dominação.

Por outro lado quem, como os reformistas, pretende dizer que as lutas estudantis nascem das deficiências do ensino ou de um complexo de objectivos mais ou menos gerais chamados "interesses dos estudantes", encerra em si a completa negação da luta de classes e demonstra uma clara posição de colaboração com a burguesia.

Os estudantes, como grupo social heterogéneo, não têm interesses de classe a defender. Face à luta de classes que se trava na nossa sociedade, face aos objectivos e formas de luta que se lhes deparam, os estu-

dantes terão que optar entre a defesa dos interesses de classe revolucionários do proletariado e das amplas massas trabalhadoras ou dos interesses de classes contra-revolucionários de certos sectores da burguesia em busca de uma repartição mais favorável dos lucros da exploração capitalista.

As contradições do aparelho universitário burguês e o reflexo nelle das contradições antagónicas da sociedade portuguesa, constituem portanto a base das lutas estudantis e do seu desenvolvimento dentro dum contexto de luta contra o ensino de classe, contra a função social da Universidade, numa perspectiva progressista de colocar as lutas estudantis ao serviço da luta mais geral do povo Português.

1 - O Movimento Estudantil e Associativo antes e a partir de 69-70

A compreensão da história do movimento estudantil e associativo em Portugal e particularmente em Coimbra nos últimos anos e após o 25 de Abril é o ponto de partida para a correcta definição da questão das Associações e dos fins que o Movimento Associativo deve ter em vista.

Até 69-70 o movimento associativo e estudantil foi largamente influenciado e dominado pelas posições reformistas, consequência inevitável da inexistência duma vanguarda da classe operária, que pudesse imprimir a sua firme direcção sobre as inúmeras manifestações de descontentamento e de revolta por parte dos estudantes contra o ensino e todas as manifestações de classe da burguesia fascista.

Assim, durante todo um longo período de tempo, a forte disposição dos estudantes para a luta foi sistematicamente boicotada e travada pelos reformistas, empenhados em manter essas lutas dentro dos estreitos limites dos "interesses estudantis", integrando as reivindicações dos estudantes na perspectiva mais geral das posições defendidas pela burguesia "democrática" e liberal, descontente com o regime fascista.

Sempre que se verificavam avanços qualitativos do movimento e as lutas dos estudantes ameaçavam ultrapassar aqueles limites, aí apareciam os reformistas na sua qualidade de bombeiros, a aconselhar calma, a afir-

mar a necessidade de não contribuir para a intensificação da repressão, e a apontar aos estudantes o seu método tradicional de luta - os abaixo-assinados.

As poucas AAEE que o fascismo não encerrou, longe de serem aproveitadas para um cerrado combate contra o fascismo, o capitalismo e o colonialismo pela colocação das lutas estudantis ao lado da luta do Povo Português, intentaram transformá-las os reformistas em palcos de colaboração, substituindo a denúncia de aspectos concretos da dominação de classe da burguesia fascista, pela denúncia apenas dos aspectos mais gritantes da sua política terrorista.

No entanto, a partir de 1970 os estudantes começam a orientar as suas lutas segundo uma estratégia marcadamente anti-capitalista, anti-colonialista e pelos objectivos supremos da classe operária e do povo português - o derrube do sistema capitalista e a instauração duma verdadeira sociedade socialista. São vários os exemplos das lutas estudantis em Coimbra que assumiram esse carácter - a Queima em 72, em que estudantes progressistas e revolucionários encontram eco na orientação que imprimem a essa importante jornada de combate ao fascismo e em que se gritam slogans como "Morte ao fascismo", "Morte à burguesia", "Viva a classe operária" e em que os reformistas, impotentes perante a radicalização da luta, continuam a lançar as suas tradicionais reivindicações, como "reabertura da AAC", "Eleições já", etc.. Também em 73, perante a provocatória visita a Coimbra do fascista Lopes Rodó, a que os estudantes responderam com uma grandiosa concentração, da qual partiram em manifestação até à cantina, forçando a entrada e impondo na prática o direito de reunião e informação, coarctado pelo fascismo, com expressão na realização dum "meeting" com um conteúdo vincadamente anti-fascista, anti-capitalista e anti-colonialista, a posição dos reformistas, então organizados na CPRAAC, foi a de que esta comissão apenas tinha em vista a reabertura da AAC, não compreendendo que a tendência histórica do fascismo era no sentido de fechar as poucas Associações existentes e não de abrir alguma.

As mais importantes lutas revolucionárias travadas pelos estudantes do tempo do fascismo eram rotuladas pelos reformistas de "acções aventureiristas" de grupos minoritários de radicais pequeno-burgueses que de-

monstravam toda a sua incapacidade em se ligar às amplas massas estudantis. Esta posição era justificada com base na sua célebre teoria da "unidade estudantil", unidade forjada a partir dos "interesses dos estudantes", e com base em princípios que pretendiam manter as lutas estudantis dentro do quadro mais geral da substituição do regime fascista por um regime "democrático", que permitisse a mais largos sectores da burguesia o acesso ao aparelho de Estado, com vista a prosseguir a dominação sobre a classe operária e o povo português, segundo formas mais adaptadas ao desenvolvimento das forças produtivas e ao ascenso revolucionário da luta de massas em Portugal e nas colónias. É assim que colocam a "R.G.D.E." como objectivo fundamental das lutas estudantis. Já nessa altura, os estudantes demonstravam na prática, através de poderosas acções de massas, a partir duma sólida unidade forjada na luta e baseada em princípios revolucionários, que estavam dispostos a lutar ao lado do povo contra a dominação de classe da burguesia, contra a guerra colonial, e por um ensino conforme às mais profundas aspirações das massas populares.

2 - A AAC e as lutas dos estudantes e do povo após o 25 de Abril

Após o 25 de Abril, aproveitando-se de natural regozijo provocado nos estudantes pela queda do fascismo, os reformistas tudo fizeram para calar as vozes progressistas que então se levantaram e que alertaram para a natureza de classe de golpe militar, mostrando que a liberdade e a democracia que a Junta e o Governo Provisório prometiam não eram a liberdade e a democracia para a classe operária e o povo português. Apresentando como uma transformação profunda da sociedade portuguesa aquilo que mais não foi que uma mudança táctica da burguesia para perpetuar a exploração capitalista, os reformistas caluniaram todos aqueles que se opunham às suas posições reaccionárias, acusando-se de "esquerdistas" e tentando lançar os estudantes contra eles.

As lutas de massas desencadeadas desde então uma vez mais nos vieram provar a face traiçoeira e reaccionária das posições reformistas.

Quem se lembra de ter visto algum dos "ex-dirigentes" da A.A.C.

participar no saneamento dos fascistas de Direito, como o Queiró, o Juí-
ce, o Rogério, o pido Santos, etc., expulsos da Faculdade pelos estuda-
ntes?

Quem se recorda de ter visto a ex-Direcção Geral dar o seu apoio
à justa luta pela denúncia, junto da população de Coimbra, do fascista Al
meida Costa ex-ministro da Justiça do Governo de Caetano, encontrado na
Faculdade de Direito?

Quando os estudantes decidiram recusar os exames e avançar pro-
postas para uma efectiva reestruturação do ensino, entenderam os refor-
mistas que o fundamental era a continuação do funcionamento da vida esco-
lar, já que a sua apregoada "Reforma Geral e Democrática do Ensino" viria
resolver todos os problemas. Todas as reivindicações que ultrapassassem o
âmbito burguês desta "Reforma" eram alvo de ataques por parte da ex-Direc-
ção-Geral e seus apaniguados, a pretexto de servirem os objectivos da
reacção nas escolas.

Nestas condições, a AAC, sob a influência dos reformistas, trans-
formou-se numa organização afastada dos estudantes, controlada burocráti-
camente, monopolizada por uma direcção cujas posições eram contrárias às
posições assumidas pela maioria dos estudantes.

3- O que é uma Associação controlada pelos reformistas

Para compreender claramente o que é uma Associação controlada pe-
los reformistas, torna-se necessário analisar alguns aspectos à sua actuação.

1 - Ausência de democracia - os reformistas criaram uma organiza-
ção sindical totalmente desligada do que se passa nas faculdades. Se o mo-
vimento de massas nas Escolas se orienta abertamente para objectivos pro-
gressistas, então reúnem-se as "sábias" cúpulas reformistas, tomam deci-
sões, fazem-nas passar pelas decisões dos estudantes, tentam canalizar o
movimento para finalidades democrático-burguesas e opostas às posições
progressistas e revolucionárias definidas maioritariamente pelos estuda-
ntes, deturpam e caluniam as lutas que se orientam para objectivos popula-
res de transformação profunda da sociedade. As iniciativas progressistas

das massas estudantis encontram sempre a maior resistência e oposição por parte dos "dirigentes" reformistas. A justa aspiração dos estudantes à mais ampla democracia é desta forma reprimida e abafada pelas cúpulas reformistas.

2 - Conceito formal de representatividade - Para os reformistas representatividade é uma coisa que se ostenta como um prémio recebido, que se alcança fazendo eleger meia dúzia de burocratas à volta dum "programa" que não diz nada para além dos habituais chavões sobre a "democratização" do ensino burguês, sobre o acesso à escola capitalista dos filhos dos trabalhadores, sobre a melhoria da Universidade da burguesia, etc.. A esse programa reaccionário pretendem vincular os estudantes por tempo indefinido, justificando-se com o elevado nº de votos que os teria "mandatado". Esquecem que a representatividade não se conquista apenas em eleições democráticas mas também e fundamentalmente, na prática de luta, na orientação revolucionária que se imprime a essas lutas, e nas perspectivas concretas que se dão à discussão política no seio dos estudantes.

3 - Informações deturpadas - Embora afirmem defender a liberdade de informação (apesar de raras vezes a porem em prática), praticam uma informação deturpada e falseadora da realidade. Além de quase não informarem sobre os mais importantes processos de luta desencadeados após o 25 de Abril, quando o faziam era para caluniar essas lutas e para lhes opôr as suas posições reaccionárias. Também as mais importantes lutas do Povo Português travadas após o 25 de Abril (Mabor, Pescadores de Matosinhos, jornal do Comércio, Lisnave, CIT, etc.) foram constantemente silenciadas pela direcção reformista, que tentou deste modo, isolá-las dos estudantes, evitando o seu apoio activo a essas lutas. Sempre que o problema era levantado em amplas discussões, aí tínhamos esses senhores a defender que essas lutas eram fomentadas por fascistas, interessados em comprometer o processo "democrático" em curso, e em fomentar o "caos económico". A "liberdade de informação" utilizam-na assim os dirigentes para sabotar as lutas.

4 - Um fosso cavado entre a AAC e os estudantes - Os reformistas organizam-se fora das faculdades, longe das massas. A AAC, centralizando a organização de todas as faculdades acaba por não estar ligada a nenhu-

ma. A experiência de 71/72 em Coimbra fornece exemplos claros desta situação. As juntas, longe de serem uma organização nascida e desenvolvida nas faculdades, mais não eram que apêndices corporativos e obedientes da cúpula, a direcção da AAC. As juntas apenas serviam para aplicar a linha da direcção e dentro dela se deviam manter, sob pena de serem acusadas de "visionistas". Esta subordinação burocrática visava assegurar que as decisões competissem exclusivamente aos "sábios" dirigentes reformistas. A AAC fechava-se assim à participação das amplas massas na sua vida.

4 - O que nós entendemos que deva ser a AAC

1 - A AAC como órgão sindical dos estudantes de Coimbra deve ser uma organização aberta à participação, de todos os estudantes, libertando toda a sua energia criadora, desenvolvendo todas as suas potencialidades revolucionárias, e não uma organização sem vida, afastada daqueles e sujeita a um apertado controle burocrático. É também tarefa da AAC fomentar e incentivar o trabalho de organização nos cursos e nas turmas, apresentando soluções progressistas aos vários problemas que o ensino burguês coloca aos estudantes, lançando as bases organizativas que permitam um controle constante por parte destes em relação aos seus representantes, forjando um amplo movimento de massas integrado na perspectiva mais geral de servir os interesses revolucionários do Povo, e susceptível de isolar todos os oportunistas que mais não pretendem do que a radicalização de pequenos grupos de estudantes, votando ao maior desprezo o trabalho de organização e de politização de sectores cada vez mais amplos.

Só a luta de massas dos estudantes pode constituir uma força real ao lado dos trabalhadores pela sua completa emancipação.

2 - Entendemos também que, através da AAC, se devem denunciar todas as medidas do Mec contrárias às posições defendidas pelos estudantes conscientes que a natureza de classes do ensino não se modificou, e de que as suas principais características continuam intactas, e somos contra todas as manobras reformistas para fazer da AAC um palco de colaboração com o Mec e com a política da burguesia para o ensino.

3 - Entendemos a AAC como uma tribuna de denuncia de todas as medidas reformistas e anti-populares da burguesia, pela conquista de sectores cada vez mais numerosos para o lado do Povo.

4 - A AAC deve ser um centro de apoio e de divulgação das lutas travadas pela classe operária e pelas massas populares pela destruição do capitalismo e pela instauração de uma sociedade sem exploradores nem explorados, como um centro a partir do qual se possam formar caixas de solidariedade a trabalhadores em greve e outras formas de apoio activos à justa luta do Povo português por aqueles objectivos.

O SINDICALISMO ESTUDANTIL

A) O que é e como surge

1) A sociedade capitalista encontra-se dividida em duas classes bem distintas: a burguesia e o proletariado. A primeira é aquela que neste momento detém os meios de produção e todo o aparelho de Estado, em Portugal. Ela é uma classe minoritária que possui uma ideologia decadente em todos os campos. A segunda, é constituída por um enorme contingente de homens e mulheres que, sem nada possuírem de seu, tudo constroem e produzem em Portugal. Ela é a classe maioritária. Ela é transbordante de energia criadora, é presentemente a única força motriz de toda a história. A sua ideologia é o símbolo do progresso.

2) A sociedade burguesa é uma sociedade atravessada por profundas contradições irresolúveis sem que nela se opere uma transformação radical. É assim que por mais estudos e planeamentos económicos que os economistas burgueses executem, não se torna possível numa sociedade capitalista acabar com as crises de superprodução, desemprego, inflação, etc.. Isto é inevitável enquanto a sociedade for dirigida por um punhado de parasitas que vivem à custa do suor e sangue da imensa maioria da população.

3) Sendo o ensino parte integrante da sociedade, todas as contradições e conflitos existentes, nele se reflectem inevitavelmente. Essas contradições inerentes ao ensino burguês tomam a forma de problemas imediatos que os estudantes necessitam de resolver. Da tentativa de resolução desses problemas, da luta sistematicamente travada contra tudo o que o oprime, surge o Sindicalismo Estudantil.

4) As escolas são um dos mais importantes centros difusores da ideologia reaccionária e decadente da burguesia portuguesa. Os estudantes, porém, não se mantêm isolados do resto da sociedade. Eles a cada passo verificam e entram em confronto directo com a existência de uma luta sem tré-

guas entre explorados e exploradores.

Eles, por várias formas, tomam conhecimento da ideologia dos oprimidos e vão-lhe cada vez mais reconhecendo o seu poder transformador no sentido do progresso.

5) Assim, da existência inevitável do Sindicalismo Estudantil e conforme a influência da ideologia do proletariado é superior à da ideologia burguesa, nós podemos afirmar que este tomará um carácter progressista ou não.

B) Características do Grupo Social Estudantil

1) Desligado da produção - Os estudantes, não possuem meios de produção e, por outro lado, não são produtores de bens materiais. Isto é, na grande divisão de toda a sociedade entre exploradores - os que possuem os meios de produção - e explorados - os que produzem - os estudantes não ocupam nenhum dos campos. Se verificarmos que é esta a característica que dita os interesses superiores de cada classe, podemos afirmar que os estudantes não possuem interesses próprios e que compõem um grupo social e não uma classe.

2) Heterogeneidade - O grupo social estudantil diz-se Heterogénio dado a que na sua composição estão representados todos os estratos e classes sociais, em maior ou menor grau.

3) Juventude e acesso à informação - Os estudantes na sua esmagadora maioria pertencem às camadas jovens da população. A juventude de uma maneira geral é aberta a todos os problemas que a rodeiam, ela é sensível a todas as modificações e contradições da sociedade, ela é à priori virada para o Progresso. Além disso, os estudantes devido a todas as suas condições objectivas, têm uma extrema facilidade de acesso à informação e cultura progressistas.

Tudo isto vai fazer com que os estudantes muito facilmente se inte-

grem numa concepção progressista da história, reconheçam o papel de vanguarda da classe operária, e queiram resolver os seus problemas servindo o povo nas escolas.

C) Características do Movimento Sindical ou Associativo dos Estudantes

1) Carácter de resistência - Desde sempre os estudantes se manifestaram contra um ensino altamente repressivo e selectivo, contra as medidas anti-democráticas e anti-populares emanadas pela burguesia.

É assim que durante o fascismo importantes lutas foram travadas pela liberdade de informação e reunião, contra a ideologia burguesa que nas escolas nos impingem, pela revogação dos decretos militares etc.. Hoje que o regime de Salazar e Caetano caiu, os estudantes continuam a lutar contra o ensino caduco da burguesia, ainda em vigor nas escolas. A comprovar isto, temos a grande mobilização dos estudantes pela abolição dos exames, como método selectivo e reaccionário de avaliação, pela participação de todos os estudantes na reestruturação do ensino, pelo saneamento, etc..

No entanto, qualquer modificação deste ou daquele aspecto concreto do ensino, qualquer vitória alcançada, só pode ser sustentada pela continuação da nossa luta, pela força da nossa organização, quando não, aquilo que conseguimos hoje, ser-nos-à mais tarde arrancado à força pela burguesia.

Em algumas escolas, por exemplo, onde em Junho tinha sido aprovado "não aos exames" as comissões de Gestão e o Mec, aproveitando-se da grande desmobilização dos estudantes que na sua maioria se encontravam em férias, impuseram de novo os exames, embora com redução de matérias.

É neste sentido que o Movimento Sindical é de resistência. De resistência à formação de quadros técnicos, administrativos e ideológicos eficientes para serem fiéis servidores da burguesia nas fábricas, bancos etc.; de resistência à separação dos estudantes das massas trabalhadores; de resistência porque as lutas dos estudantes não têm a capacidade de modificar a sociedade, papel este pertencente à classe operária; porque a construção de um ensino ao serviço do Povo só se efectuará quando o Povo tomar o Po-

der e dirigir a sociedade.

2 - O movimento sindical dos estudantes engloba todos aqueles que se mobilizam por objectivos concretos de modificação do ensino. Para que o movimento sindical seja um forte movimento é necessário que ele seja coeso, único. Por isso, defendemos o carácter unitário do Movimento Sindical. A existência de mais de uma tendência para o Movimento Sindical é inevitável pois, dado o seu carácter de grupo social heterogénio e desligado da produção, os estudantes podem defender este ou aquele programa político. No entanto, devemos combater todos aqueles que pela sua ideologia política, pretendem sabotar o Movimento Sindical transformando o sindicalismo de massas em sindicalismo de seitas. A unidade do Movimento Sindical não é criada a partir de decretos formais como pretendem os reformistas. A unidade do Movimento Sindical dos estudantes constrói-se e consolida-se na luta contra objectivos concretos do ensino da burguesia.

3 - Consequentemente, defendemos também que é característica do movimento sindical ou associativo o apartidarismo e a arrelogiosidade pois ele contém dentro de si além de toda uma série de elementos partidários, toda a enorme massa de estudantes sem partido e porque ele é independente do credo que qualquer um professe.

4 - O que não podemos é agitando a bandeira do apartidarismo do movimento associativo pregar às escondidas uma pseudo apoliticidade do mesmo. O Movimento Sindical ou Associativo é um movimento político. No seu seio a discussão política de todos os problemas deve ser uma arma a utilizar por todos os progressistas. Não devemos querer impedir que as várias opções políticas surjam no movimento, devemos sim é lançar uma luta sem tréguas contra todos aqueles que são oportunistas e assegurar, desse modo, que o Movimento Sindical dos Estudantes se coloque deliberadamente e de uma forma consciente ao Serviço do Povo Português e da política do proletariado.

5 - O Movimento Sindical ou Associativo não deve nunca perder a sua

base de massas. A sua orientação e as suas decisões devem assentar numa democracia de massas. Sobre todos os problemas as massas devem ser consultadas e sobre todos os problemas as massas devem decidir. A minoria deve submeter-se à maioria. Eis em que consiste a democraticidade do movimento associativo.

6 - O carácter representativo das estruturas sindicais do Movimento Associativo é outra característica principal deste. Devemos lutar para que todas as estruturas da organização sindical estudantil sejam verdadeiramente representativas das necessidades destes. Para tal, não basta que estas sejam eleitas pelas largas massas. É fundamental que após a sua eleição estas possam ser controladas directamente pela base. Este controle pela base só será efectivo e consequente se existir uma longa prática de luta e a existência da organização dos estudantes na base.

CONTRA O OPORTUNISMO

Se os reformistas pretendem utilizar os princípios do M.A. para a sua política de colaboração com o governo português, outros oportunistas existem que negam a necessidade do Movimento Sindical Estudantil.

A necessidade de sindicalismo - um dos postulados de que partem estes oportunistas é que o "Movimento Sindical é reformista". O movimento sindical surge a partir das contradições existentes entre os estudantes e o sistema de ensino burguês, conflito esse que gera interesses comuns pelos quais lutam. O carácter reformista ou progressista dessa luta depende da direcção que sobre ele se exerce.

A prática do Movimento Estudantil de massas durante o tempo do fascismo, demonstrou que muitas das vitórias alcançadas pelos estudantes portugueses na luta contra a ditadura fascista da burguesia, muito do carácter de massas que assumiram esses combates, se deveram à compreensão por parte da vanguarda estudantil da importância mobilizadora e organizadora da luta sindical. Da mesma forma, em muitos dos desaires sofridos nestas lutas esteve, em grande parte, o desprezo e abandono do Movimento Sindical, com a

consequente perda de largos sectores de estudantes que poderiam ser mobilizados para a luta.

A luta sindical continua, hoje em dia a ser uma importante fonte de luta da juventude estudantil. Negar a importância do Movimento Sindical significa dizer que a luta que no seu âmbito se trava, a luta contra o ensino e toda a política da burguesia para as escolas começa a deixar de fazer sentido. No entanto, o Movimento Sindical dos estudantes será um importante movimento de luta enquanto o ensino estiver nas mãos dos capitalistas e só o poderá negar quem, como os reformistas queira dizer que o carácter do ensino mudou.

Para além de ser uma constante lança apontada contra um dos instrumentos de dominação da burguesia - o seu ensino de classe - a luta sindical nas escolas contra o ensino burguês e a ideologia que serve, é uma importante escola de luta, através da qual sectores cada vez mais amplos de estudantes compreendem de forma clara a justiça de se colocarem ao Serviço do Povo na luta pelos seus objectivos políticos revolucionários.

Desprezar este nível do movimento é estreitar o âmbito da luta dos estudantes, e limitá-la à sua camada mais avançada.

Se é certo que na nossa prática verificamos que muitas vezes sectores de estudantes se lançam na luta política mesmo na inexistência de trabalho nas escolas, também verificamos que esta abrange apenas a sua camada mais avançada e que não é uma luta consequente, uma luta que arranque importantes vitórias à burguesia.

O tal sector mais avançado ver-se-á isolado (e a maioria das vezes impotente perante o inimigo) porque não se ligou ao movimento das amplas massas nas escolas.

Só através de um aturado trabalho político no seio dos estudantes; só pela arma da discussão política no concreto de cada problema dos estudantes (integrando cada aspecto do ensino burguês na dominação que na sociedade a burguesia exercer sobre o proletariado) conseguiremos a unidade de cada vez maior número de estudantes, unidade baseada na sua prática de luta e na sua organização; só assim conseguiremos acabar com o "Sindicalismo de tendências", fazer com que os estudantes participem amplamente na vida associativa e sejam eles próprios a resolver os seus problemas. Só as-

sim conseguiremos evitar que as organizações de massas se transformem em clubes de tendências, cujas cuscuvilhices desiludam e afastem os estudantes de participar na organização da luta.

Devemos estar atentos a todos os oportunistas que, ao pretenderem transferir a luta das escolas para as Assembleias Magnas e para as AAEE e ao negarem a necessidade da organização sindical estudantil, acabam por colaborar com a burguesia e seus aliados, os reformistas, deixando os estudantes incapazes de dar uma resposta firme e organizada às medidas repressivas do governo. É esse o objectivo de todos os oportunistas e contra isso devemos lutar.

Temos assistido nos últimos tempos ao aparecimento em Coimbra de posições anarquistas, que usam normalmente as reuniões para as suas palhaçadas ridículas e pretensamente engraçadas.

Estes elementos reaccionários, agentes da burguesia no nosso seio e imagem fiel da decadência da classe a que pertencem, contribuem com a sua actuação para lançar o descrédito sobre as lutas estudantis, sendo por essa razão perigosos sabotadores que os estudantes devem combater e escorroçar de vez do Movimento.

D) Por um ensino ao serviço do povo

Nas escolas os estudantes continuam a sentir a opressão exercida pelo ensino que lhes é ministrado. Após o derrubamento da ditadura fascista, pretendeu-se dar um ar democrático a esse ensino que continuava e continua a estar ao serviço do desenvolvimento da economia capitalista, através da criação da "gestão democrática das escolas", de grandes discursos sobre a "democratização do ensino", de uma certa transigência do governo face à aplicação à prática pelos estudantes das suas decisões colectivas, etc..

Porém, os últimos decretos emanados do MEC, visando retirar aos estudantes todas as vitórias alcançadas, transferindo todos os poderes para as Comissões de Gestão, repondo de novo os exames tradicionais etc., depressa desfizeram as ilusões que alguns poderiam ter e mostraram claramente que, como antes do 25 de Abril, a luta contra o ensino burguês conti-

nua.

Como antes do 25 de Abril, lutar por um ensino ao serviço do Povo é o objectivo final que une e norteia os estudantes na sua acção dentro da escola burguesa.

O que é um ensino ao serviço do povo

O Ensino ao Serviço do Povo é aquele que fundamenta o saber e a ciência na prática da produção, na prática da luta de classes e da experimentação científica. O ensino ao serviço do povo é aquele que realiza as condições para a eliminação das diferenças entre trabalho intelectual e trabalho manual, é aquele que realiza a comunhão de interesses entre estudantes e o povo trabalhador e a perfeita combinação do estudo com o trabalho produtivo. O ensino ao serviço do povo é aquele que elimina de forma radical a velha ciência livresca idealista, dogmática e reaccionária da burguesia e a substitui pela ciência viva do proletariado, voltada para a satisfação dos interesses das massas trabalhadoras, para o progresso da sociedade, para a eliminação das classes e da exploração do Homem pelo Homem.

O Ensino ao Serviço do Povo será um ensino de classe ao serviço do proletariado e das massas trabalhadoras. Será um ensino que realizará a plena abertura da cultura e do saber aos operários, aos camponeses e às restantes massas trabalhadoras. Será um instrumento do poder democrático popular de ditadura sobre a burguesia, um instrumento do conjunto da planificação socialista da sociedade. Um tal ensino promoverá a libertação da energia criadora das massas populares e restituirá o saber àqueles que o criaram através da sua prática milenária de transformação do mundo, aos TRABALHADORES.

Tendo embora perfeita consciência que um tal ensino só será conseguido numa sociedade transformada e dirigida pelos trabalhadores, os estudantes devem lutar pela concretização de alguns dos aspectos desse ensino.

A luta por um Ensino ao Serviço do Povo é, numa sociedade capitalista, a luta contra todos os aspectos do ensino burguês. Pretendendo sapar esta luta dos estudantes, surgem as mais variadas teorias oportunistas.

Desde logo, os reformistas que pretendem fazer passar a sua "Reforma Geral e Democrática do Ensino" (RGDE) por uma reforma popular, uma re-

forma que abrirá o ensino às massas trabalhadoras. Segundo eles tal reforma colocará o ensino ao serviço do povo. Mas afinal, o que é esta Reforma que, no dizer dos reformistas, é feita no interesse do povo?

A RGDE é uma reforma burguesa, que serve os interesses de certas camadas da burguesia e da aristocracia operária, mas nunca os verdadeiros interesses revolucionários do Proletariado e do Povo; é uma Reforma que visa adaptar o ensino às novas necessidades do desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Querer limitar as lutas estudantis à luta por essa reforma é querer colocar os estudantes ao serviço de certas camadas da burguesia, sob a capa de "Servir o Povo".

A RGDE é ao mesmo tempo um objectivo utópico e reaccionário. Utópico, porque nas condições de desenvolvimento do capitalismo em Portugal, em que a larga maioria dos trabalhadores mal ganha para se sustentar e à sua família, em que as forças produtivas se encontram num estágio atrasado do seu desenvolvimento, o acesso dos trabalhadores ao ensino é um objectivo irrealizável. Não basta tornar a frequência da Universidade gratuita. É necessário realizar uma política económica e social que possibilite aos trabalhadores a combinação do trabalho com o estudo. Essa política não será o estado burguês, por mais democrático que seja, que a realizará.

A RGDE é um objectivo reaccionário, porque com ela se pretende uma formação acelerada e mais racional dos técnicos locais da exploração do proletariado. Com ela pretende-se criar a ilusão da reforma "popular" do ensino burguês. Com ela pretende-se criar a divisão entre os operários através da ascensão de uma minoria dos operários mais bem pagos ao saber da burguesia e aos postos mais elevados. Esta minoria, a chamada aristocracia operária, será uma base social para a corrupção, para a colaboração com os patrões.

Há ainda outras teorias oportunistas que, aparecendo embora com uma fraseologia radical acabam também por sabotar a luta dos estudantes por Ensino ao Serviço do Povo, fazendo o jogo dos reformistas e da burguesia.

Como exemplo destas posições temos aqueles que defendem a realização de cursos livres (por parte dos alunos do 1º ano) como um modo de criar os "embriões da escola democrática e popular, científica e de massas"!...

Defender estas posições numa sociedade capitalista como a nossa é es

quecer que a luta por um Ensino ao Serviço do Povo é uma luta diária contra o ensino burguês e uma luta que podendo arrancar importantes vitórias nunca conseguirá transformar o carácter de classe que o ensino sempre terá numa sociedade capitalista.

PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PROGRESSISTAS EM NÚCLEOS SINDICAIS

Na luta contra a dominação burguesa e todos os oportunismos no movimento sindical, devem os estudantes que defendem uma linha sindical progressista, que lutam por um ensino ao serviço do povo, organizar-se em Núcleos Sindicais.

Assim, os N.S. são os estudantes progressistas e revolucionários organizados, que actuam no sentido de impôr ao movimento sindical uma orientação progressista, uma posição de defesa, quer na luta, quer nas decisões colectivas das massas, dos interesses do povo. Os N.S., apresentando um programa claro às massas, indicando-lhes o justo caminho para a luta, devem exercer também uma constante vigilância sobre as estruturas representativas dos estudantes, denunciando o reformismo, o cupulismo e a traição aos interesses do povo no movimento sindical e, assim, fazer com que para essas estruturas sejam escolhidas pessoas da inteira confiança das massas e que lutem intransigentemente por um ensino ao serviço do povo.

Portanto, os N.S. não são estruturas representativas dos estudantes eleitas nos cursos ou turmas. É isto porque, os N.S., por definição, têm um certo programa de acção, não se podendo confundir com as estruturas de base representativas dos estudantes, que não têm nenhuma orientação pré-fixada, pois esta ser-lhe-á imprimida pelos elementos que integram essas estruturas num determinado momento (Comissões de Curso).

Confundir e identificar os N.S. com as estruturas é um erro na concepção do que é o movimento sindical, erro de sectarismo, que levaria provavelmente, na prática, à divisão do M.E., ao aparecimento de estruturas paralelas cada uma tentando puxar para si o maior número de aderentes, ficando as massas divididas, sem representantes únicos.

Os estudantes progressistas e revolucionários devem assim organizar-se em Núcleos Sindicais com o objectivo de implantar no movimento sindical uma linha progressista, ao serviço do povo.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS ESTUDANTES

Da necessidade de um sindicalismo único, sempre defendemos a existência de uma só organização sindical. Consequentemente, afirmamos que o sindicalismo deve ser apartidário. Assim a organização sindical dos estudantes não pode fazer parte integrante do aparelho Estatal, nem tão pouco ser um apêndice de qualquer Partido ou organização Política. Só deste modo o MA pode ser unitário e forte.

1) Estruturas do Curso - Uma das principais necessidades do MA é a organização dos estudantes nos cursos, pois sem esta os estudantes perdem muitas vezes a capacidade de resolverem organizadamente os problemas, que se lhes deparam a cada momento na escola. Para as comissões devem ser eleitos os estudantes progressistas, mais activos, que de uma maneira consequente, sempre tenham lutado contra o ensino burguês. Esses elementos têm como função incentivar a discussão política dos problemas e, de uma forma organizada, levar os cursos em particular e os estudantes em geral a tomar posição face às medidas anti-estudantis da burguesia e assim lhes arrancar sucessivas vitórias. Uma outra função das comissões de curso é de dinamizar e divulgar o apoio dos estudantes às lutas populares na sua revolta contínua contra a exploração capitalista. Todavia, os delegados eleitos não podem encontrar-se acima das massas, devendo executar as decisões democraticamente tomadas nas Assembleias de curso das quais é mandatária e perante as quais responde, sendo amovíveis a todo o tempo. Deste modo, se evitará que estas estruturas sejam transformadas em órgãos cupulistas e traidores das decisões democráticas dos estudantes.

II) As AAEE são as organizações sindicais dos estudantes. Além dos seus organismos de base, as comissões de curso, as AAEE são formadas ainda por todas as outras estruturas necessárias à união dos estudantes. Em cada Faculdade e no caso de Coimbra, em toda a Academia.

Elas englobarão pois, toda uma série de órgãos intermédios, juntas de delegados etc., e culmina na direcção geral.

A reconstrução de todas estas estruturas sindicais, destruídas em grande parte pelo regime fascista e pela traição reformista que não se preocupa

cupando com a organização dos estudantes nos cursos, mas sim unicamente com a abertura da AAC e o seu controle burocrático, deixava os estudantes entregues à repressão fascista, é uma tarefa que se impõe a todos os estudantes progressistas.

UNEP

No seguimento da organização sindical estudantil surge a necessidade da criação de um organismo centralizador a nível nacional. Reunindo representantes de todas as escolas, este permitirá que as lutas travadas por objectivos comuns, adquiram um carácter organizado a unitário, de modo a que de isoladas se tornem grandiosas lutas nacionais. A UNEP surgirá então como o "telhado" da organização sindical, numa função de coordenação e incentivação nascida e virada para a luta. Por isso a consideramos um objectivo justo.

Todavia esta justa aspiração dos estudantes é traída pelos reformistas. Após o 25 de Abril, com o início da democracia burguesa, estes tomam de assalto as AAEE. Conseguindo por algum tempo abafar as posições progressistas, pensam então na criação de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses que lhes permitisse controlar e boicotar as lutas travadas pelos estudantes. Poderiam, assim, mais facilmente impor os seus curtos objectivos como, por exemplo, a R.G.D.E. que mais não é do que a Reforma Veiga Simão post 25 de Abril. Simplesmente, para isso, era preciso construí-la apressadamente. Procurando-lhe dar um aspecto de legalidade, surge assim uma comissão Pró-UNEP, eleita não se sabe onde nem por quem e imediatamente reconhecida pelo Governo.

Fora de toda e qualquer discussão das massas estudantis, construída de modo burocrática e cupulista, não tendo em consideração a necessidade paralela da criação de estruturas organizativas de base, a UNEP limitar-se-ia a ser um órgão que tudo decidiria e controlaria. Enfeudada ao MEC e Governo Provisório as suas posições seriam apenas a defesa intransigente das suas directrizes para a política do ensino, fossem elas quais fossem.

Considerando que qualquer estrutura sindical deve ser um ponto de encontro de posições de estudantes, manifestadas e controladas na base, achamos que esta comissão não pode ser representativa dos estudantes.

Com as consecutivas traições às lutas estudantis e o seu sistemati

co desmascaramento, os reformistas foram perdendo terreno, quer nas escolas quer nas AAEE.

Prevendo a formação da UNEP em Dezembro, o avanço das posições progressistas no MA, fê-los recuar e não deixando de controlar a cúpula, pró-UNEP, ficam na expectativa por "melhores dias".

Tal como nessa altura, achamos que a criação da UNEP deve ser precedida duma ampla discussão de massas, surgindo como imperativo do avanço das lutas estudantis. Por outro lado, ela não deve esquecer nunca a incentivo da organização sindical nas escolas.

Neste momento travam-se em todo o país, lutas importantes, como o caso do Serviço Cívico Estudantil e o Decreto-lei sobre a Gestão, que tem colocado os estudantes em aberta posição à política governamental no ensino.

Das medidas progressistas que estão a ser tomadas contra o ensino burguês coloca-se aos estudantes uma necessidade cada vez mais premente de verem as suas lutas coordenadas a nível nacional para que estas possam ser uma vitória.

Actuantes no ME existem posições anarco-sindicalistas, que pecando pelo basismo extremo consideram que só será possível criar uma estrutura sindical superior, controlada e dirigida pela base quando todo o edifício sindical estiver construído. Não atendendo ao crescente avanço das posições progressistas, ficam-se, na prática, por um derrotismo que não permite o avanço das lutas importantes que neste momento se travam, já que a construção do edifício sindical demorará o seu tempo.

Têm surgido também outras posições que negando o sindicalismo estudantil, mais não fazem do que lançar o divisionismo e fomentar a luta de grupos. Ao mesmo tempo que procuram arrastar para o seu lado o sector avançado dos estudantes e radicalizá-los, acabam por deixar entregues a si próprios os restantes sectores, médio e recuado, que constituem as largas massas estudantis. Um exemplo disto foi a decisão de greve tomada em Lisboa em plenário, não representativo, composto somente pelo sector avançado, decisão essa não levada à prática devido ao isolamento desse sector em relação às massas estudantis.

Contra estas posições, pensamos que a criação da UNEP é um objectivo justo, em que os estudantes devem começar a pensar. Fazendo parte dela

representantes de todas as Associações, desde as estruturas de curso até às direcções, e não só, ela poderá ser um veículo importante para difusão das ideias progressistas, não só a nível do ensino superior, mas principalmente a nível das escolas da província. Nestas quase não existem ainda tradições de luta, estando agora a dar os seus primeiros passos no MA.

Uma das preocupações fundamentais na criação da UNEP pelos estudantes progressistas, deve ser a completa independência desta em relação ao MEC e ao Governo Provisório, de modo a que o seu controle se faça sempre pelos estudantes e não haja nunca o enfeudamento à política Governamental.

A UNEP, além de órgão coordenador e unificador das lutas estudantis deve ser também um meio que sirva a uma ampla divulgação e apoio das lutas populares que cada dia mais se intensificam, contra a dominação de classe e exploração capitalista.

No entanto, tal como já referimos atrás e que nunca é demais repetir, para que a UNEP não se torne um órgão cupulista e burocrático, ela deverá ser criada como fruto de ampla discussão e avanço das posições progressistas.

SOBRE O SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

A análise correcta do serviço cívico estudantil (S.C.) passa necessariamente por um estudo do que é na verdade a superlotação das escolas e as suas causas.

Se por um lado a superlotação escolar é um facto, por outro ela tem raízes, que não se limitam aos muros da escola, mas radica na crise crescente do capitalismo (Nacional e Internacional). Antes do 25 de Abril a superlotação era escamoteada e parcialmente resolvida por meio de decretos que militarizavam o ensino, obrigando os estudantes a participarem na guerra de agressão aos povos africanos e por intermédio de uma rigorosa selecção (exames de aptidão, faltas, frequências, etc..).

Com a mudança da ditadura da burguesia de fascista para "democrática" o problema da superlotação veio a agravar-se. A luta contra a selecção burguesa nas escolas que desde há muito os estudantes vinham travando, ganhou ainda mais força aquando das grandes lutas travadas por todo o país contra os exames e contra a tão odiada prova de aptidão. Estas lutas vieram permitir que o problema da superlotação se agudizasse ainda mais, aparecendo o S.C. como a resolução de emergência para a superlotação e selecção, ao mesmo tempo que iria possibilitar a reconstrução nacional do capital. De referir quanto a isto a tentativa de integração do S.C. na política de apoio à pequena e média empresa.

Será, como diz o Mec., que o S.C. não colide com o mercado de trabalho, quando existem à volta de 200.000 desempregados? Será que é necessário o S.C. para criar os tais postos de trabalho que resolverão o problema do desemprego, como diz o Mec. e o Ministério do Trabalho? Se realmente o Governo Provisório estivesse interessado em solucionar o problema do desemprego, concerteza que planificaria e criaria postos de trabalho unicamente com os desempregados, e não com a criação de um S.C. Quem gera o desemprego é o capitalismo e nunca será um governo da burguesia que resolverá os problemas das classes exploradas.

Será que o S.C., é, como diz o Mec., facultativo? O facto daqueles que forem para os S.C. descontarem no tempo de tropa e terem maiores pos-

sibilidades de ingresso nas Universidades, não fará com que o S.C. seja na prática obrigatório? Parece, afinal, que o S.C. proposto pelo Mec não é tão facultativo como isso!

Um objectivo porque os estudantes sempre lutaram foi pela ligação da teoria à prática, foi pelo fim da diferenciação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Mas, os estudantes ao lutarem por esse objectivo, nunca pretenderam colidir com os interesses das massas populares, nunca pretenderam servir de tropa de choque da burguesia, nunca pretenderam ser boicotadores das justas lutas dos trabalhadores, nunca pretenderam isolar-se das massas populares, antes pelo contrário, sempre procuraram pôr as suas lutas ao lado e ao serviço do povo.

É neste contexto que surge a recusa ao serviço cívico do MEC, que a justa luta para acabar, pelo menos em parte, com a diferença entre trabalho manual e intelectual continua e continuará.

Se por um lado os estudantes sempre defenderam a ligação da teoria à prática, por outro lado, nunca o fizeram sectorialmente, quer dizer, nunca defenderam que só os estudantes do 1º ano devem ligar-se às massas trabalhadoras, como pretende o MEC, muito menos da forma como ele o define, isto é, ao serviço da burguesia. Além disso sempre tiveram consciência que só numa sociedade transformada e dirigida pelos trabalhadores, é possível uma identificação plena entre o trabalho manual e o intelectual, ao serviço do proletariado.

É neste sentido que nós achamos que o problema do S.C. não é um problema só dos 28.000 candidatos ao 1º ano, mas sim de todos os estudantes; é por isso que defendemos a entrada imediata de todos os candidatos e a saída de todos os estudantes com vista a aprenderem com o povo para melhor o servir nas escolas.

Uma solução que tem sido apontada para permitir o ingresso nas universidades dos candidatos ao 1º ano, é a formação de cursos livres, dizendo-se que isso iria permitir a criação do "embrião da escola democrática, popular, de massas e científica".

Afirmar-se que neste momento é possível partir para a formação de tal tarefa, é ignorar a situação concreta política actual do país. É dizer-se, que o proletariado está em condições de tomar nas suas próprias

mãos o controle do aparelho de estado para a construção do socialismo. É defender uma política que nada tem a ver com a situação e os interesses das massas exploradas para as escolas, é em última análise tentar a to do o custo o desfasamento entre o Movimento Estudantil e o Movimento Operário.

Além disso, onde está, nesta proposta, a defesa da ligação da teoria à prática? Também sobre esta questão, para as pessoas que defendem os cursos livres, a luta para acabar com a diferenciação entre trabalho manual e intelectual é algo de secundário.

A par deste grupo existe um outro que sempre considerou o serviço cívico estudantil do M.E.C. como "uma medida progressista" à altura do "processo revolucionário que neste momento se vive em Portugal". Para estes senhores a consolidação da democracia burguesa é um "processo revolucionário". No entanto, e em relação ao serviço cívico estudantil, quando os estudantes ultrapassam na prática as propostas reaccionárias por eles apoiadas, logo aparecem os seguidistas a pretender recuperar o terreno perdido. É assim que os reformistas, vendo o S.C. do M.E.C., que eles apoiavam, amplamente rejeitado pelos estudantes, aparecem agora a dizer que a saída rotativa é a melhor solução.

Não é a primeira vez que estes senhores mostram o seu oportunismo. Já em anteriores lutas travadas pelos estudantes, começaram a todo o custo por tentar boicotá-las acabando por verbalmente as apoiar, para melhor as poderem enterrar. São exemplos disso os processos de "não aos exames" e a luta dos trabalhadores da cantina.

Mas os estudantes já mostraram clara e inequivocamente a sua firme decisão de não permitir que os reformistas entravam as suas justas lutas, aparecendo como bombeiros ao serviço dos interesses da burguesia

A GESTÃO

Após o 25 de Abril, com a parcial destruição, levada a cabo pelas massas populares, dos principais pilares em que assentava a dominação fascista (Pide, Legião, Censura, controle fascista dos sindicatos), a burguesia vê-se na necessidade de adoptar uma série de medidas legislativas, que lhe possibilitem a manutenção do seu privilégio de classe. É nesse sentido que é promulgada a lei anti-greve, lei de imprensa, que se regulamenta o direito de reunião e manifestação, etc, tudo medidas anti-populares e anti-democráticas que contribuem para esclarecer o povo português acerca do carácter reaccionário do Governo Provisório e da Junta de Salvação Nacional. Todas estas medidas mais não visaram, na verdade, que travar as poderosas acções de massas que se desencadearam com o aprofundamento da crise capitalista após o 25 de Abril.

Também após o 25 de Abril os estudantes desencadeiam importantes lutas que se traduzem, no essencial, na aspiração à mais ampla liberdade e democracia dentro das escolas; é assim que se desenvolvem processos de luta pela abolição dos exames, pelo saneamento de todos os fascistas e pela participação dos estudantes em todas as questões que dizem respeito à vida das escolas.

Todas estas lutas, que englobaram milhares de estudantes em todo o país, contribuíram para estreitar ainda mais os laços de solidariedade entre os estudantes e o Povo Português. Não é pois de admirar que também em relação às escolas, o M.E.C. adopte medidas com vista a refrear o espírito combativo dos estudantes e a impôr um apertado controle sobre o funcionamento das escolas.

É nesta perspectiva que se enquadra a saída do recente decreto-lei sobre a Gestão das Escolas, decreto profundamente reaccionário e anti-democrático que mais não visa do que arrancar-nos algumas das mais importantes conquistas já alcançadas e, ao mesmo tempo, sufocar as iniciativas progressistas e revolucionárias que intentemos levar à prática.

A questão política fundamental na análise deste decreto é a questão de saber se ele visa institucionalizar os órgãos de gestão executores

da vontade dos estudantes ou se, pelo contrário, o que pretende é transformar esses órgãos em meros apêndices da política da burguesia e do MEC para o ensino.

Basta-nos atentar em dois pontos fundamentais do decreto para afeirmos da sua verdadeira natureza. Assim, estipula o artigo 7:

"1 - As decisões da Assembleia de Escola são tomadas por maioria dos votos expressos, dispondo cada corpo do direito de veto.

2 - A decisão de exercer o direito de veto deverá ser tomada em Assembleia de Corpo, expressamente convocada para esse efeito, realizada no prazo de três dias a contar da decisão a vetar, devendo a proposta de veto conter o acordo de, pelo menos, 2/3 dos presentes.

3 - A decisão vetada tornar-se-á, todavia, definitiva se a Assembleia de Escola, expressamente convocada para o efeito, nos cinco dias subsequentes ao da interposição do veto, a confirmar por maioria superior a 3/4 dos votos expressos".

Para compreender o alcance desta disposição vamos tomar como exemplo a questão da abolição dos exames decidida maioritariamente pelos estudantes na época de Junho-Julho.

Todos nós sabemos como a maioria dos professores sempre se opôs a esta justa decisão. Vamos supor então que numa Assembleia de Escola, com a presença de mil pessoas, era aprovada a proposta de recusa aos exames por uma maioria de 700 votos contra 300; a esta decisão se oporia o corpo docente através da utilização do direito de veto, havendo então necessidade de convocar uma nova Assembleia de Escola em que se exige para a confirmação da justa decisão da recusa aos exames uma maioria superior a 3/4 dos votos expressos, isto é, 750 votos.

Por aqui se vê em que medida é que uma anterior decisão democrática dos estudantes pode ser boicotada pelas posições minoritárias defendidas, neste exemplo, pelos professores.

Também a disposição do artigo 9 estipula o seguinte:

"2 - São atribuições da Assembleia de Escola ou da Assembleia de Representantes em que aquela se delegue:

- a) - Estabelecer, dentro dos limites da lei e dos planos de orientação educativa e científica superiormente estabelecidos, as bases gerais da acção cultural, científica e pedagógica da escola".

Esta disposição traduz-se, na prática, no retirar todo o poder deliberativo às Assembleias de Escola e na submissão de todas as decisões dos estudantes às directivas traçadas pela burguesia e pelo MEC para o ensino.

No entanto, para dar um aspecto democrático, tentando deitar-nos poeira aos olhos, afirma-se na introdução que "o projecto inicial de institucionalização democrática foi submetida a amplíssima discussão, em todos os estabelecimentos de ensino superior e depois reformulado de maneira a atender às críticas e sugestões recebidas".

Haverá algum estudante que tenha tido conhecimento desse tal projecto e o tenha discutido? Ou será que esta amplíssima discussão a que o decreto se refere apenas abrangeu uma meia dúzia de senhores em quem o MEC deposita toda a confiança?

Todos estes aspectos reflectem as linhas mestras por que se cose o resto do decreto que se nos apresenta assim como mais uma medida reaccionária e anti-democrática, que tem por objectivo sabotar as decisões colectivas dos estudantes e travar as suas lutas. A aspiração das amplas massas estudantis à mais ampla liberdade e democracia sempre constituiu um dos aspectos fundamentais das suas reivindicações; por tudo isto, se impõe uma firme tomada de posição dos estudantes que leve à revogação imediata do decreto-lei sobre a gestão das escolas. No entanto, para que esta luta seja vitoriosa torna-se indispensável desmascarar e isolar todas as posições que tentam apresentar este decreto como uma medida "democrática" a aprovar na generalidade, tornando-se apenas necessário "limar-lhe algumas arestas, introduzir-lhe algumas modificações".

Os senhores que irão defender esta posição são de todos bem conhe-

cidos pelas suas propostas reaccionárias defendidas através da AAC, quando ainda se encontravam na sua direcção.

A luta pela revogação do decreto passa, portanto, necessariamente, pela luta contra as manobras reformistas, destinadas a auxiliar o MEC a impôr esta sua decisão.

O SANEAMENTO

Um dos objectivos imediatos e fundamentais dos estudantes é a luta pelo saneamento. É necessário, na realidade, varrer todos os fascistas das escolas pois eles sempre foram um dos principais pilares da manutenção do odioso regime terrorista derrubado em 25 de Abril; é preciso, portanto, escorraçá-los, pois não podemos permitir que esta escumalha se continue a passear pelas nossas escolas.

O saneamento, porém, não deve ser feito, como entendem os reformistas, unicamente através de Comissões de Saneamento, extremamente burocráticas e que conhecem todos os entraves "legais" que tornam o processo de saneamento extremamente moroso chegando até ao ponto de o impedir em alguns casos. O saneamento deve ser levado a cabo em amplas reuniões de estudantes que, depois de conscientemente analisarem o caso, decidirão das medidas a tomar. Poderão e deverão sair destas assembleias comissões abertas formadas por indivíduos que mais confiança mereçam aos estudantes para inquirirem de factos importantes para os saneamentos em causa.

Como exemplos do que deve ser o saneamento podemos apontar os casos de todos bem conhecidos como sejam a expulsão do Queiró, do Almeida Costa - ex-ministro da justiça de Marcelo Caetano - da expulsão ou suspensão de cerca de 20 professores em Medicina e dos processos de saneamento em Ciências. Em quase todos estes processos os reformistas não só não estiveram, como caluniaram e tentaram boicotar estes processos de saneamento democraticamente decididos.

O povo trabalhador tem também levado a cabo acções importantes no campo do saneamento. É assim que nos aparecem as justas lutas do Jornal do Comércio, da Lisnave, dos S.C.T.P., etc. Aqui os trabalhadores chegaram à conclusão de que teriam que agarrar firmemente o processo de saneamento pois de contrário ninguém o faria. Foi por isso que em muitos casos chegaram a ir para a greve durante longos dias. Em todos estes casos, aqueles que dizem lutar contra o fascismo e defender o povo, limitam-se a caluniar estas justas lutas dizendo que elas faziam "o jogo da reacção".

O Governo Provisório e o MFA que falam frequentemente em saneamen-

to limitam-se em muitos casos a transferir os saneados de um posto para outro, ou passam-nos à reforma com quantias elevadíssimas. Ao mesmo tempo que vão libertando toda a escumalha fascista, pides, bufos, etc., vão mantendo nas mesmas masmorras, anti-fascistas consequentes (militares e civis) que têm como único crime o serem verdadeiros lutadores anti-fascistas.

Depois disto é necessário perguntar: será importante e urgente o saneamento? Há quem queira dizer que não; nós, pelo contrário, afirmamos que é um objectivo imediato e importantíssimo. E porquê? Em primeiro lugar, é necessário reprimir os fascistas e mostrar-lhes claramente que não estamos dispostos a ter contempações com quem durante 48 anos escravizou e sugou até à medula o nosso povo; em segundo lugar, este é um objectivo capaz de mobilizar as amplas massas estudantis e forjar uma forte e verdadeira unidade dos estudantes durante a luta e para a luta. Entretanto também não podemos esquecer que enquanto houver capitalismo haverá sempre a possibilidade de restauração do fascismo, mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, pois a burguesia escolhe a forma de governo que em dado momento melhor a sirva.

É por tudo isto que não podemos desviar a nossa atenção do processo de saneamento e deixá-lo para plano secundário. Temos de levar o saneamento a cabo em amplas assembleias de estudantes e não deixar que ele caia em comissões burocráticas e "legalistas" que não fazem mais que impedir, de facto, o saneamento. Temos de dar um justo correctivo a todos os fascistas e não permitir que eles levantem a cabeça.

REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO

Um dos objectivos imediatos da luta dos estudantes é a sua participação na necessária reestruturação do ensino com vista a torná-lo mais ligado à prática e à vida das massas trabalhadoras, mais científico. A luta contra o conteúdo reaccionário das matérias e por um ensino ligado à prática, embora dentro dos limites da sociedade em que vivemos, é uma justa luta a ser levada a cabo por todos os estudantes progressistas pois é no conteúdo das matérias que mais nitidamente se reflecte a ideologia da classe dominante. A ideologia reaccionária da burguesia é-lhe conferida por uma base económica que assenta na exploração do Homem pelo Homem e reflecte uma corrente de reacção ao desenvolvimento histórico, a todas as transformações sociais, transmitindo-nos, nesse sentido, uma visão metafísica, idealista, desligada da prática social cujo único objectivo é a perpetuação dum certo estado de coisas, da dominação opressora duma classe minoritária de parasitas sobre os interesses da larga maioria da população.

A participação dos estudantes na reestruturação do ensino será assim e, desde logo, uma luta contra o ensino da classe burguesa, por um ensino ao serviço do povo e mais concretamente uma forma de consciencialização política das largas massas de estudantes, uma forma, enfim, de colocar cada vez mais as lutas dos estudantes ao serviço das massas populares.

A decisão de participar na reestruturação do ensino foi um aspecto que ficou bem vincado em todas as lutas que os estudantes encetaram logo a seguir ao 25 de Abril. Também disto - como de muitas outras coisas - o MEC se fez esquecido e, apoiando-se nos grupos reformistas, deu todo o poder às comissões de gestão que, embora eleitas na maior parte dos casos pelos estudantes, também na maior parte dos casos, por serem dominadas pelos reformistas, se vieram a tornar em órgãos ditadores contra a vontade colectiva dos estudantes.

* Neste momento, muito embora as condições variem de local para local, parece-nos que, para além dos reformistas estarem a ser progressivamente isolados, os estudantes progressistas não se devem demitir, pelas razões já apontadas, de lutar pela reestruturação de ensino.

As formas de luta a adoptar - inclusivamente a substituição de cadeiras reaccionárias por cadeiras progressistas - dependem, como é evidente, das condições concretas, dependem da organização e mobilização dos estudantes para a luta. No entanto, e para já, este importante problema deve ser discutido em todas as turmas e aí, de acordo com o carácter das matérias e da mobilização dos estudantes, devemos adiantar soluções para o problema.

- SECÇÕES CULTURAIS E ORGANISMOS AUTÓNOMOS -

Um dos campos principais para que qualquer Associação deve estar voltada é precisamente o cultural. O trabalho que se fizer neste domínio, as perspectivas que se lhe derem, será sem dúvida um factor dominante para a vida da AAC e da própria cidade.

Numa sociedade como a nossa em que existem duas classes com interesses antagónicos, a burguesia e o proletariado, em que a primeira pela posse dos meios de produção exerce o seu domínio de classe sobre a segunda, existem dois tipos de cultura distintas. Uma, a dominante, é sem dúvida a que está do lado da burguesia, pois que, embora frágil, tem uma protecção económica que lhe permite uma ampla divulgação, que vai sem dúvida abafar e isolar toda a que se lhe possa opôr.

Surge então enquadrado num processo global de opressão e dominação sobre as camadas populares. Estas, por um lado, opõem-lhe a sua própria cultura, fruto da sua experiência, do seu contacto diário com a exploração capitalista, em suma da sua vida de miséria e sofrimento. Por outro lado surge, principalmente nos meios mais intelectuais, um outro tipo de cultura na aparência. No fundo, apesar da sua capa progressista não é mais que o fruto da masturbação mental de intelectuais pseudo-progressistas que na da têm a ver com o povo. A sua interpretação do mundo só por eles é enten dida e como é evidente nada tem a ver com a cultura popular que conside ram infantil e sem interesse. É a posição burguesa e o seu contributo para a alienação geral e principalmente das camadas estudantis não é de des prezar.

A cultura popular, pelo papel importante que tem no desenvolvimento da consciência de classe, deve então ser defendida, estudada e divulgada por todos os progressistas e torna-se um factor importante para a transformação da sociedade.

Consideramos que este deve ser o trabalho fundamental a desenvolver pelas secções e organismos. A ele devem juntar uma ampla discussão política sobre a especificidade de cada um, o que contribuirá para um melhor desmasca ramento de toda a cultura burguesa, quer ela se apresente como forma alie

natória de diversão quer como pretensamente intelectual e acima das classes.

A ligação da teoria à prática é, neste campo, fundamental e sem isso nada de verdadeiramente progressista se poderá fazer. Essa ligação faz-se pela sujeição do trabalho interno, necessário à aquisição e discussão de conhecimentos teóricos essenciais, à apreciação e crítica das largas massas estudantis e da população em geral. Faz-se também, e de uma maneira mais eficaz através do contacto assíduo com as massas populares para a recolha e estudo de tudo aquilo que elas têm. Na verdade, todo o contacto com os operários cuja vida é rica em experiências artísticas, e nomeadamente no campo musical e plástico, permite-nos de um modo mais correcto e simples uma visão do mundo que não seria possível guiando-nos por livros e discussões de gabinete! Os inquéritos, o estudo local, as realizações fotográficas e cinematográficas junto do povo ajudam-nos imenso na compreensão das realidades sócio-económicas nacionais e da sua própria vida. Por outro lado, o estudo e a divulgação das lutas dos povos oprimidos e as experiências levadas a cabo no campo cultural pelos países progressistas são também factores importantes que não podemos esquecer.

Mas as secções e organismos devem ser aquilo que os seus sócios de sejam que sejam. No entanto devem procurar denominadores comuns e avançar em realizações conjuntas. Deste modo, o seu trabalho tornar-se-á mais dinâmico e quebrará o isolamento que porventura exista entre elas. Os seus planos de actividades e a perspectiva política dada, assim como as formas organizativas e coordenadoras, devem ser amplamente discutidos com os sócios e posteriormente em reuniões gerais.

Um trabalho cultural visto em moldes progressistas tornará a Associação mais viva e dinâmica e colocá-la-á assim ao serviço do povo, como precioso auxiliar na sua luta contra a burguesia e a exploração capitalista.

SECÇÕES DESPORTIVAS

A prática do desporto e da cultura física é um dos aspectos que as associações procuram incentivar na base da ocupação de tempos livres para o desenvolvimento físico dos estudantes. Mesmo quando o governo fascista se viu forçado a fechá-las, permitiu no entanto que a maior parte das secções viradas para este campo continuassem a funcionar, porque entendia que não havia perigo a esperar delas.

Nas sociedades capitalistas, mais concretamente em Portugal, sempre o desporto tem sido utilizado como forma de alienação aproveitada pela burguesia para manter o seu domínio de classe. Na verdade, fomentando as modalidades que adquiriram mais popularidade, tudo é feito no sentido de lhes darem uma larga protecção e divulgação, de apolitizá-las para melhor arrastar multidões para o delírio colectivo dos estádios. As ideias reacçãoárias de clubismo e bairrismo, assim como a criação dos ídolos a par do campionismo, são fomentadas. Espreitando o furo, a burguesia descobriu que o desporto também pode ser um negócio rentável, quer como fonte de receita, transformando-o em espectáculo bem pago, quer criando empresas para o servir. Surgem as casas de apostas, de comércio, de refrigerantes e recordações de clubes durante os encontros, assim como a própria indústria de artigos de desporto e de publicidade, a profissionalização do desporto, os prémios, e a falta de trabalho cultural e político levam como consequência imediata ao surgimento de um carácter ferozmente competitivo em que a vitória deve ser conquistada a todo o custo. O desporto aparece no seguimento de tudo isto como meio de promoção social. E também por tudo isto, colectividades amadoras são votadas ao abandono e as suas possibilidades de competir em apuro técnico com as profissionais, muito limitadas.

É evidente que nestas sociedades o desporto não está ao alcance de todos. Um operário, que tem que vender a sua força de trabalho durante, por vezes, mais de 10 horas diárias, em condições precárias de segurança e que após isto tem a resolver toda uma série de problemas que constantemente lhe são postos, não pode concertemente pensar em praticar desporto. Primeiro, porque no local de trabalho não existe qualquer tipo de estruturas que o

permita, segundo porque as que existem estão destinadas a uma elite e terceiro porque os tempos livres também são poucos. Por outro lado, verificamos que nas zonas rurais a maior parte das modalidades são desconhecidas e as que lá encontramos são praticadas em condições precaríssimas. O desporto tem sido também aproveitado por quase todos os países para a publicidade através de encontros internacionais, da sua pretensa superioridade económica não se importando mesmo de lançar mão aos processos mais perigosos para a saúde - drogas e hormonas - no sentido de derrotarem os concorrentes e baterem recordes.

Consideramos que a prática do desporto deve ser vista no sentido do apuramento físico e psíquico do indivíduo e da própria sociedade, e como tal feito numa base de amadorismo e segundo o princípio "a amizade em primeiro lugar e a competição em segundo". Pois enquanto que a competição com os triunfos e as derrotas a tornam transitória, a amizade por seu lado é eterna. O desporto deve também ter um carácter de massas, que pensamos só ser possível atingir numa sociedade dirigida pelos trabalhadores. É evidente que só nesta poderão ser tomadas medidas de fomento que permitam a toda a gente a actividade desportiva, quer criando por todo o lado instalações cujo acesso seja livre, quer incentivando junto das massas a sua prática. O aperfeiçoamento técnico deve ser feito paralelamente a um aperfeiçoamento cultural e político e todas as modalidades encaradas com um espírito colectivo onde todos temos a aprender. O desporto deve ser dirigido a toda a gente, não como um espectáculo mas no sentido de levar, pelo exemplo, à participação de todos. Também tem que ser utilizado para promover e fortalecer a amizade entre os povos através de encontros internacionais.

Consideramos bastante interessante a ideia já lançada, de se criarem dentro das próprias secções, grupos que incentivem a discussão política e o trabalho cultural, pois será sem dúvida um óptimo meio de, através do desporto, se espalharem as ideias progressistas e contribuir assim para a desmistificação do desporto ao serviço da burguesia.

SOBRE A APARELHAGEM TÉCNICA

Para que os estudantes sejam efectivamente uma força operante na conquista de vitórias contra aspectos concretos do ensino da burguesia, nós defendemos uma só organização sindical, um sindicalismo único; distinguimo-nos, assim, daqueles que pretendem semear o divisionismo e separar a força na luta contra o ensino da burguesia. Nós defendemos as AAEE (que compreendem não só as direcções associativas, como também as estruturas de base-comissões de curso e juntas de delegados) como a organização sindical única e de massas, representativas dos estudantes. Consideramos que o movimento sindical é um movimento marcadamente político e que este se deve colocar decididamente ao serviço do povo, mas, para que assim seja deve-se utilizar como arma fundamental a discussão política que desmascara todos aqueles que o pretendem pôr a reboque da burguesia. Consideramos que não se pode impedir que as diversas tendências surjam no momento sindical por meio de um controle burocrático dos aparelhos técnicos, mas que deve ser o método de crítica e desmascaramento que deve presidir para que as tendências oportunistas não tenham influência no movimento sindical.

Assim, acerca do aparelho técnico nós defendemos:

1) - Da AAC

Que este seja utilizado:

1) Pelas diversas estruturas que compõem a organização sindical dos estudantes (comissão de curso, juntas de delegados e interjuntas) e ainda secções e organismos autónomos.

2) Pelos estudantes que, reunidos nos seus cursos, Faculdades ou Academia, tomem posições importantes quanto ao movimento sindical ou à vida da Academia e que julguem oportuno divulgar.

3) Por grupos de estudantes que desejem convocar reuniões abertas anti-fascistas, anti-coloniais e outros objectivos justos de luta dos estudantes ao lado do Povo.

2) - Das Faculdades

1) Que as diversas organizações estudantis formadas exclusivamente no sentido de intervirem no movimento associativo, tenham acesso a toda a

aparelhagem técnica das respectivas Faculdades.

2) Que sempre que esta seja insuficiente, aquelas possam por aí requerer a utilização dos Serviços Sociais.

3) Que seja facultado o acesso ao aparelho técnico da AAC a todos os estudantes que convoquem Assembleias e reuniões, no sentido de se assegurar a mais ampla divulgação de convocações.

- GIL VICENTE -

O Gil Vicente deve ser administrado economicamente pelos serviços sociais, isto é, o lucro extraído da utilização do Gil Vicente reverterá a favor de bolsas de estudo, e outros encargos para bem dos estudantes, que estejam dentro do âmbito dos serviços sociais.

O Gil Vicente é, no entanto, algo de muito mais importante do que uma fonte de receitas capaz de angariar fundos para tais iniciativas. Ele deve ser utilizado como um local difusor de uma ideologia progressista, palco de discussões sobre a realidade nacional, local de amplas discussões dos estudantes sobre os problemas que os afectem. Como tal, o Gil Vicente deve ser controlado por uma comissão cultural composta por estudantes (1 elemento da direcção, 2 dos organismos autónomos, 1 do Conselho cultural e 1 do CEC) que lhe imprima esta orientação, mesmo naquilo que diz respeito à sua utilização como casa de espectáculos.

Além disto, o Gil Vicente deverá poder ser utilizado por todos os estudantes para a discussão dos seus problemas e por todas as secções e organismos autónomos que dele necessitem para a divulgação do seu trabalho às amplas massas estudantis.

Para que os estudantes possam mais facilmente atingir uma perfeita consciencialização dos seus problemas é necessário que lutemos contra a sectorização do grupo social estudantil; é necessário que integremos todas as suas lutas, todos os seus conflitos, numa visão geral da sociedade.

Nesse sentido, propomos que no Gil Vicente se realizem:

1 - Assembleias Magnas.

2 - Reuniões de estudantes e Plenários de Faculdade.

- 3 - Sessões culturais promovidas por secções ou por organismos.
- 4 - Debates promovidos por organizações políticas não só actuantes no movimento estudantil, mas também organizações actuantes a nível mais geral.

A AAC E AS ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE

Dentro de pouco tempo vão realizar-se eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras levadas a cabo depois da queda do fascismo e da instauração da democracia burguesa.

Estas eleições, se bem que nada de fundamental irão alterar à sociedade portuguesa, assumem no entanto uma importância muito grande para toda a gente. O período eleitoral vai ser, com certeza, um período de larga agitação política em que virão a lume todo o tipo de posições, desde aquelas que pugnam claramente pela defesa dos interesses do grande capital até aquelas cujos objectivo final é o fim da exploração capitalista.

Também na Academia se irá reflectir a luta travada por todo o país. Os estudantes terão que fazer mais uma vez uma opção política pois as possíveis mudanças efectuadas a nível do aparelho de estado também lhes dizem respeito.

O período eleitoral não será, como o afirmam os partidos burgueses, trégua na luta de classes que se trava neste momento, pelo contrário será a altura ideal para a intensificação das movimentações de massas contra o sistema capitalista. Por outro lado, será levado a cabo por todos os progressistas um amplo trabalho de divulgação das ideias revolucionárias, possível graças ao abrandamento da repressão, à abertura dos meios de informação que sistematicamente lhes têm sido vedados.

Assim consideramos que, tendo um óptimo local para reuniões como é o caso do Gil Vicente, se deva promover a realização de debates e mesas redondas para os quais se considerariam representantes dos partidos concorrentes excepto, como é evidente, aqueles que, pelo seu carácter nitidamente fascista, nada nos terão a esclarecer.

CANTINA

Na medida em que se fez saber que os serviços sociais pretendiam aumentar os preços das refeições quer para os estudantes quer para os funcionários da Universidade de Coimbra, que a eles têm direito, e para estes o aumento seria ainda maior, têm vindo de novo a lume ultimamente justifica das dúvidas quanto à justeza da actual administração da cantina. Por este mesmo motivo se realizou um plenário de funcionários da U.C. no dia 3 de Janeiro, de acordo com o qual se resolveu nomear uma Comissão de Inquérito às actividades dos Serviços Sociais e aprovar ainda que a Gestão da cantina fos se feita em moldes democráticos: seria nomeada uma Comissão de Gestão onde estaria representado quem na cantina está interessado, isto é, os utentes (funcionários e estudantes) e em especial os que nela trabalham.

Por estarmos de acordo com esta posição e por julgarmos que este seria um bom processo de proceder também ao saneamento, cuja necessidade se faz ainda sentir segundo a opinião dos próprios, em tais serviços damos todo o nosso contributo na parte que diz respeito aos estudantes para que tais medidas e sobretudo o não aumento do preço das refeições sejam levadas para diante e postas em prática.

SERVIÇOS SOCIAIS

Serviços Médico-Sociais- Estes serviços de modo nenhum satisfazem as necessidades dos seus utentes devido à falta de eficiência na marcação das consultas. Também o alto preço dos medicamentos exige medidas que os tornem mais acessíveis aos estudantes que deles necessitam. Neste sentido, a reorganização dos serviços médico-sociais e a criação de uma farmácia on de os medicamentos sejam vendidos ao mais baixo preço possível, é urgente.

Infantários e Jardins Infantis - O modo de funcionamento destes ser viços deixam muito a desejar. As regras por que se pautam não atende aos pro blemas económicos dos estudantes, mas a meros factores de serem ou não os pais das crianças ambos estudantes, ou apenas um deles. Quer tenham 2 ou 6

contos por mês, têm preferência a terem os filhos no infantário e jardins infantis, pais que são ambos estudantes. A capacidade destes serviços é mu to baixa e as "cunhas" eram a melhor maneira de se poder lá entrar. Até ho je ainda não foi revista a orientação que os regiam antes do 25 de Abril. É necessário, pois, que o mais rapidamente possível estes serviços sejam reestruturados de modo a que possam vir a satisfazer as necessidades dos es tudantes.

Super-Mercado e Droguaria - Acerca do Super-mercado e droguaria pense mos que o necessário é a participação na sua gestão de alguns estudantes e funcionários que lá trabalham e que os preços dos géneros sejam o mais ba ixo possível, não tentando tirar qualquer lucro.

DIRECÇÃO SUPLENTE



São Fernandes-29 M



Luis Baía-29 D



São Fraga-39 M



José Alexandre-29 E



Lurdes S. Pina-39 M



Álvaro Pereira-39 F

Rosa Vaz-39 E

ASSEMBLEIA GERAL SUPLENTE



Rui Ardērius-39 M



Lena Melo-49 G



Quim Morais-49 M



Lena Correia-39 M

CONSELHO FISCAL SUPLENTE



Carlos Queirões-29 M



Luis Gonzaga-29 E



Horácio
Bairradas-39 M

